

Mateus Aoki Nocente

**Análises e Discussões sobre o Japonês como língua de herança no
contexto imigratório brasileiro**

Marília
2024

Mateus Aoki Nocente

**Análises e Discussões sobre o Japonês como língua de herança no
contexto imigratório brasileiro**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Conselho de Curso de Relações
Internacionais, da Faculdade de Filosofia e
Ciências, da Universidade Estadual Paulista –
UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Antonio Mendes da Costa
Braga

Marília
2024

N756a	Nocente, Mateus Aoki Análises e Discussões sobre o Japonês como língua de herança no contexto imigratório brasileiro / Mateus Aoki Nocente. -- Marília, 2024 57 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientadora: Antônio Mendes da Costa Braga 1. Imigração Japonesa. 2. Língua. 3. Cultura. 4. Território. 5. Reterritorialização. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Dados fornecidos pelo autor(a).

Mateus Aoki Nocente

Análises e Discussões sobre o Japonês como língua de herança no
contexto migratório brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antonio Mendes da Costa Braga
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Prof. Dr. Mariana Moron Saes Braga
UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
UNESP – Câmpus de Marília

Marília, 12 de dezembro de 2024.

Aos meus primos Pedro e Samuel, para que nunca se
esqueçam de quem são.

“[...] Só se aceita imigrar e, como uma coisa leva a outra, só se aceita viver em terra estrangeira num país estrangeiro (i.e emigrar), com a condição de se convencer que isso não passa de uma provação, passageira por definição, uma provação que comporta em si mesma sua própria resolução.”

Abdelmalek Sayad (2000.p 57)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais e toda a minha ancestralidade que possibilitaram que eu existisse e vivesse em um ambiente tão plural e diverso e que me apoiaram em toda minha caminhada de vida.

Agradeço também, à toda comunidade nipônica de Osvaldo Cruz, representada pela Associação Cultural Nipo-Brasileira e pelo Templo Honpa Hongwanji por terem me criado em um ambiente linguisticamente diaspórico e ser minha inspiração para este trabalho.

Aos ritmistas da Bateria Universitária da UNESP de Marília - Xoxoteria - por terem sido minha família durante os anos de graduação.

Ao professor Dr. Antônio Mendes da Costa Braga que não mediu esforços na orientação direta e indireta deste trabalho.

À professora Dr. Yoshiko Tanabe e os amigos do almoço - Sônia, Mário, Izabel, Eliane, Adalberto, Fujie, Carolina, Marta e Marina (*in memoriam*) e Edson por todos os almoços repletos de bom humor, sabedoria e leveza que tornaram minha estadia em Marília mais alegre.

Ao rev. Kentaro Sugao (Shaku Koken) e toda a comunidade do Templo Budista Honpa Hongwanji de Marília por toda orientação espiritual e por serem minha segunda casa em Marília.

Às queridas Elaine Souza Duarte Cardoso e Lívia Roberta Alves da Silva, por terem sido as melhores amigas e colegas de classe que a graduação poderia me proporcionar.

A Marcos Hideo Shimomura Hoshino por ter por todas as experiências e choques linguísticos proporcionados ao dividir uma habitação com outro nikkei também falante de japonês, além de ter tornado minha adaptação à cidade de Marília mais leve.

Ao querido Bruno Batista Cal por ter me conduzido ao GEMIIN (Grupo de Estudo em Migrações Internacionais), e ter sido um grande ombro amigo nas horas de alegria ou tristeza durante meus anos de graduação.

A todos os bons amigos feitos em Marília, obrigado.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel do japonês como língua de herança no contexto da imigração japonesa para o Brasil. Por meio de uma ampla revisão bibliográfica, o trabalho se empenha em discorrer sobre a história da imigração japonesa atrelada à preservação do idioma japonês entre os filhos de imigrantes. Com a vinda dos primeiros imigrantes japoneses para o Brasil, no início do século XX, a língua japonesa passou a ser transmitida aos filhos de imigrantes como uma herança cultural. Divididos entre um contexto familiar e uma sociedade com línguas distintas, os filhos e netos de imigrantes japoneses tiveram um contato heterogêneo com o idioma japonês resultando em diferentes vivências a respeito de ser filho de um migrante. Para além dos traços identitários dos indivíduos, percebe-se um protagonismo da língua japonesa na fundação de associações culturais que serviram como locais de reterritorialização do espaço brasileiro pelos imigrantes japoneses. Essas dinâmicas inerentes ao movimento migratório contribuem para a compreensão das trajetórias dos filhos de imigrantes e suas relações sociais e culturais. Dessa forma, é de suma importância a observação das relações que a língua e a cultura possuem na vida de um imigrante para que possamos compreender melhor o processo de imigração pelos olhos daqueles que o vivenciam.

Palavras-chave: Imigração japonesa; Preservação cultural; Transmissão linguística; Identidade cultural; Reterritorialização; Associações culturais

ABSTRACT/ RESUMEN/ RÉSUMÉ

The present study aims to analyze the role of Japanese as a heritage language in the context of Japanese immigration to Brazil. Through an extensive bibliographic review, the study seeks to discuss the history of Japanese immigration tied to the preservation of the Japanese language among the children of immigrants. With the arrival of the first Japanese immigrants in Brazil in the early 20th century, the Japanese language began to be transmitted to the immigrants' children as a cultural heritage. Divided between a family context and a society with distinct languages, the children and grandchildren of Japanese immigrants experienced varied interactions with the Japanese language, resulting in diverse experiences of being the child of a migrant. Beyond the individuals' identity traits, the Japanese language is observed to play a central role in the establishment of cultural associations that served as spaces for reterritorialization within the Brazilian environment by Japanese immigrants. These dynamics inherent to the migratory movement contribute to understanding the trajectories of immigrants' descendants and their social and cultural relationships. These dynamics inherent to the migratory movement contribute to understanding the

trajectories of the children of immigrants and their social and cultural relationships. Therefore, it is extremely important to observe the relationships that language and culture have in the life of an immigrant so that we can better understand the immigration process through the eyes of those who experience it.

Keywords Japanese immigration; Cultural preservation; Linguistic transmission; Cultural identity; Reterritorialization; Cultural associations

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONTEXTO HISTÓRICO	14
2.1 NIPOFOBIA E GUERRA	17
1.2 GERAÇÕES	19
3 PRIMEIRA GERAÇÃO E DEFINIÇÕES SOBRE A LÍNGUA	25
3.1 LÍNGUA MATERNA	26
3.2 RETERRITORIALIZAÇÃO	28
3.3 AS ASSOCIAÇÕES	30
3.4 ESCOLAS	32
4 SEGUNDA GERAÇÃO E LÍNGUA DE HERANÇA	36
4.1 LÍNGUA DE HERANÇA	36
4.2 NISSEI: A SEGUNDA GERAÇÃO	37
4.3 COLONIAGO	40
4.4 JAPONESIDADE	42
5 TERCEIRA GERAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE JAPONESIDADE	45
5.1 DEKASSEGUI	48
5.2 CONCLUSÃO	50
Referências	52

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discorrer a respeito da Língua Japonesa como língua de herança no território brasileiro. A partir de uma análise sobre os movimentos migratórios de japoneses no Brasil, este texto busca traçar um histórico da imigração japonesa bem como a difusão do idioma japonês nas gerações posteriores. Por meio de uma extensa pesquisa bibliográfica, busquei reunir informações e teses que esclareçam a relação de um filho de imigrante com a língua do país de origem de seus pais.

Dentro dessa perspectiva, um este trabalho possui como objetivos específicos descrever as interações do Português e do Japonês na perspectiva de um filho de imigrante, entender como as associações culturais fundadas por imigrantes japoneses desempenharam um papel crucial para a preservação da língua japonesa e também atuaram como espaços de reterritorialização. Além disso, procurei refletir sobre os impactos que a sociedade de um país tem sobre os imigrantes que lá residem.

É de suma importância destacar que as discussões a respeito da Língua de Herança neste artigo só foram possíveis graças a uma extensa bibliografia e pesquisas feitas entre a comunidade de imigrantes alemães e seus descendentes que, dadas as devidas proporções, passaram por situações semelhantes aos imigrantes japoneses.

Além disso, ressalto a grande contribuição do prof. dr. Antonio Mendes da Costa Braga na orientação deste trabalho que possui uma grande carga emocional e afetiva para mim, como pesquisador.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

Os antecedentes da imigração japonesa no Brasil podem ser mapeados ainda em épocas anteriores às discussões sobre a vinda de “mão de obra amarela” (Lesser, 2002) para terras brasileiras no início do século XX. Com o advento industrial e a centralização do poder político na Coroa Imperial, o Japão estabelece uma série de relações comerciais com países europeus e americanos. Tal mudança de cenário no Japão pôde ser sentida com um forte êxodo rural e uma grande disparidade socioeconômica nos grandes centros urbanos que outrora eram vilarejos rurais. (SAKURAI 2000)

Limitado em recursos naturais, o governo japonês se depara com um inchaço populacional sem precedentes e começa a incentivar programas de emigração com seus parceiros diplomáticos.

Logo em 1868, primeiro ano da Era Meiji, ocorrem os primeiros fluxos migratórios de japoneses para o continente americano. Tendo como destino o antigo Reino do Havaí, os japoneses se fixaram no arquipélago para trabalharem nas lavouras de cana-de-açúcar. Após a região ser anexada aos Estados Unidos da América, as ondas migratórias continuaram a ponto de a população havaiana, nas primeiras décadas do século XX, ser composta por 40% de imigrantes japoneses e seus descendentes. Atualmente, a influência cultural nipônica pode ser observada em construções como templos religiosos, escolas de Língua Japonesa, associações culturais, entre outros. Destaca-se também as ondas migratórias ocorridas em um sentido Norte-Sul para países latinos como Paraguai, Peru e Brasil.

[...] Só se aceita imigrar e, como uma coisa leva a outra, só se aceita viver em terra estrangeira num país estrangeiro (i.e emigrar), com a condição de se convencer que isso não passa de uma provação, passageira por definição, uma provação que comporta em si mesma sua própria resolução (SAYAD, 2000.p 57)

Ainda que a primeira onda migratória para o Brasil tenha ocorrido de forma tardia, em comparação com o caso havaiano, os debates acerca da vinda de “mão de obra amarela” para as lavouras de café brasileiras foram amplamente evidenciados como controversos, pelos mais variados setores da elite republicana formada após a queda da monarquia em 1889.

Com a abolição da mão de obra escravizada da população negra em 1888, surgiu a necessidade de uma substituição ao trabalho escravo no cultivo do café, sobretudo na região de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste contexto, nota-se um fluxo migratório intenso oriundo de países como Itália, Alemanha e, posteriormente, Japão.

Como Célia Sakurai (1999) descreve, os primeiros diálogos sobre a vinda de japoneses ao Brasil podem ser rastreados no final do séc XIX. Contudo, observava-se uma certa ressalva do governo brasileiro a respeito da introdução de uma mão de obra não europeia. Um forte discurso de ordem racial contra a imigração “amarela” imperava-se como hegemônico naquela época. Outro fator que alimenta este debate era o fato de que o Brasil podia contar com fluxos migratórios da Europa em um primeiro momento. O cenário apresentava sinais de mudança apenas em 1895 com o estabelecimento do Tratado de Amizade, Comércio e Imigração entre Brasil e Japão, mas ainda sem a consolidação de qualquer ideia sobre questões migratórias de fato.

A dificuldade em se lidar com a mão de obra vinda do continente europeu, fez com que o governo brasileiro investisse em alternativas. Todavia, conforme Jeff Lesser (2001) nos evidencia, as discussões sobre vinda de mão de obra não europeia confrontavam com o ideal republicano de branqueamento da população brasileira. Havia a expectativa - de apagar os fenótipos africanos e indígenas dos indivíduos, via miscigenação com os imigrantes europeus, para se ter uma população de raça branca. Os discursos apoiadores à vinda dos japoneses, contudo, não eram os mais positivos. Parlamentares do Congresso que apoiavam a vinda da mão de obra nipônica as caracterizavam como mais submissa em relação aos italianos e alemães e também mais proativa quando comparadas com os negros ex-escravizados. Outra tese sustentada pelos parlamentares era que, em pouco tempo, os fenótipos japoneses seriam apagados juntamente com os negros no processo de branqueamento.

“Já o governo japonês começou a se interessar pelo Brasil como um país de destino, pois surgiram reações contra a presença dos asiáticos nos países em que eles estavam fixados – decorrentes das discussões europeias em torno da questão racial e da eugenia e que posteriormente influenciará no Brasil – e, também, iniciou-se o fechamento das portas aos

seus emigrantes para os Estados Unidos, Canadá, México e Peru. Nos EUA, em 1908, foi firmado o 'Gentlemen's Agreement' com o Japão."(UENO, 2019. p.103)

Sakurai (1999) discorre que o acordo supracitado serviria para o Japão restringir a ida de japoneses aos EUA, a fim de evitar uma proibição explícita. Logo, isso favorece o interesse mútuo entre Brasil e Japão de desenvolverem políticas de imigração entre si.

Aqueles que encaravam a produção como secundária viam o Brasil do futuro como um país europeu e católico, e qualquer desvio dessa rota viria a criar uma raça cada vez mais doentia. Os japoneses, no Brasil como também em outros países do hemisfério, eram vistos simultaneamente como uma 'minorias modelo' e como um 'perigo amarelo'. (LESSER, 2001, p 212).

Um sentimento comum entre japoneses e brasileiros neste primeiro momento, sem sombra de dúvidas, era a insegurança. Conforme Sakurai (1999) descreve, nem os latifundiários e nem os imigrantes estavam certos sobre o êxito da empreitada. Isso fez o governo japonês se empenhar para que o processo ocorresse da forma menos onerosa possível.

Dessa forma, em 18 de junho de 1908, chega ao porto da cidade paulista de Santos o navio Kasato Maru, trazendo consigo os primeiros imigrantes japoneses para o Brasil. Essa fase inicial também foi marcada por uma espécie de imigração temporária. Os trabalhadores nipônicos eram contratados pelos latifundiários da cafeicultura paulista por meio de contratos cuja duração variava de uma a dois anos. Logo, fica evidente a razão para as primeiras levas de imigrantes terem se concentrado no estado de São Paulo neste primeiro momento.

Outro ponto digno de atenção é a expectativa depositada pelos japoneses que compunham a primeira onda de imigração. Os imigrantes tinham como objetivo trabalhar em troca de uma remuneração suficiente para quitarem suas dívidas, ajudarem suas famílias e retornarem ao Japão.

Vale ressaltar também a existência de subsídios por parte do governo paulista para a vinda dos trabalhadores diretamente do Japão nestes primeiros anos. A *posteriori*, em 1923, esses subsídios foram suspensos. No entanto, ao

contrário do que se esperava, a vinda de imigrantes japoneses aumentou com a abolição dos subsídios. Dessa forma, podemos definir este período como - o início de um fluxo migratório intenso entre Brasil e Japão, que viria a mudar drasticamente com o advento da Segunda Guerra Mundial em 1941.

2.1 NIPOFOBIA E GUERRA

Ainda que enfrentando obstáculos, como os apresentados no tópico anteriormente, os japoneses se estabelecem com relativo êxito no Brasil. Na segunda fase da imigração, é possível notar o surgimento das primeiras associações culturais e escolas de língua japonesa. No entanto, as relações diplomáticas entre Brasil e Japão são altamente estremecidas com o eclodir da Segunda Guerra mundial.

Em lados opostos do conflito, houve o corte de laços diplomáticos por parte de ambos os países. Inicia-se então um período extremamente conturbado para os imigrantes japoneses e seus descendentes, que se encontravam nos países chamados Aliados. O que era o caso do Brasil.

No caso estadunidense, por exemplo, o governo rapidamente iniciou uma forte segregação aos japoneses, transferindo-os a campos de concentração para que não apresentassem nenhuma ameaça aos Estados Unidos da América. A atitude foi justificada como uma medida protetiva para evitar que episódios como Pearl Harbor tornassem a ocorrer novamente.

O exemplo acima, dos Estados Unidos, comparado com o caso brasileiro, evidencia que o sentimento anti-japonês não era dos mais endêmicos no Brasil. A comparação permite, observar que o sentimento “anti-japonês” acabou por gerar desdobramentos específicos, e de intensidades diferentes, em cada país, a depender das medidas tomadas pelo governo local.

No Brasil, por exemplo, ainda que em menor escala, quando comparado ao caso estadunidense, também existiu a ocorrência de campos de concentração para imigrantes japoneses. O caso mais conhecido é o da cidade de Tomé-Açu, no Pará, onde a colônia japonesa, às margens do rio Aracá, foi completamente isolada para

se converter em um campo de concentração que receberia japoneses do Pará e Amazonas. Fechamento das escolas de língua japonesa, proibição de falar o idioma nativo sob o risco de severas consequências, faziam parte da realidade dos imigrantes japoneses no Brasil, durante o Estado Novo. O temor pairava sob seus rostos, ficando cada vez mais evidente. Com isso, muitas famílias optam por educar seus filhos totalmente em português para se protegerem das perseguições por parte do governo brasileiro (Sakurai, 2008).

Esse discurso anti imigrante de cunho nacionalista podem ser observados em outros grupos como os italianos e alemães no Sul do Brasil e no estado de São Paulo. Diversas associações de cunho esportivo como o Palestra Itália (atual Palmeiras) foram alvo de uma aversão ao indivíduo estrangeiro sustentada pelo plano de fundo da Guerra.

2.2 PÓS GUERRA

Com a rendição do Japão em 1945, os ânimos entre a comunidade de imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil ficaram exaltados de maneira significativa. Privados de meios de comunicação com o exterior, a notícia da derrota japonesa dividiu opiniões na diáspora.

Segundo conta Fernando Morais (2000), alguns setores da sociedade nipo-brasileira se recusaram a aceitar a derrota de seu país natal, alegando que isso se tratava de uma propaganda do governo brasileiro para minar a moral e ânimo dos imigrantes japoneses. Nesse ponto, podemos observar uma comunidade dividida entre dois grupos distintos: os chamados *kachigumi* (vitoristas) que alegavam que o Japão teria saído vitorioso do conflito e que as notícias eram enganações do governo brasileiro, e os *makegumi* (derrotistas) que aceitavam a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial.

Dentre os *kachigumi*, é possível observar o surgimento de grupos com mais eloquentes que atuavam na clandestinidade propagando a ideia de uma vitória por parte do Japão. A mais célebre e violenta organização foi a *Shindo Renmei* (Liga do Caminho dos Súditos), fundada em Marília, que ficou conhecida por atentar violentamente qualquer pessoa que afirmasse a derrota japonesa.

O período de atividade da Shindo Renmei foi um marco traumático na histórica da imigração japonesa para o Brasil. Diversas tentativas de assassinato (algumas com êxito) de imigrantes japoneses e até mesmo pessoas da polícia e do exército brasileiro marcaram negativamente a comunidade nipo-brasileira conforme narra Dezem (1988). O discurso anti imigrante em prol da construção do que se julgava uma nacionalidade brasileira “pura” ganhou ainda mais força com os ataques da *Shindo Renmei* vindo a público.

Com a dissolução do grupo em 1947 e seus integrantes mandados para o complexo presidiário na ilha de Anchieta (SP), a comunidade nipo-brasileira se viu traumatizada pelos horrores ocorridos. Surgiu-se a necessidade de recriar vínculos de solidariedade mútua. Diversas missões diplomáticas japonesas foram destinadas ao Brasil para promover a paz entre os imigrantes.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, as proibições são suspensas e as escolas de japonês voltam a se tornarem legalizadas no território nacional. O número e os descendentes dos imigrantes se encontram mais adaptados à cultura brasileira, porém preservando o traço cultural do país de origem de seus pais e avós.

As quase quatro décadas que separam o fim da Segunda Guerra Mundial da realidade dos anos 80, do século passado, correspondem tanto às grandes mudanças na realidade política e econômica mundial, quanto em relação à realidade brasileira e, subsequentemente, dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil. Um dos fenômenos perceptíveis na década de 1980, que estava ligado às recessões econômicas sofridas pelo Brasil e à prosperidade econômica vivenciada pelo Japão, foi o início de um gradual movimento migratório de nipo-brasileiros para aquele país asiático. Vivenciando o auge de seu desenvolvimento econômico, a terra natal de seus antepassados se apresentava como um lugar de oportunidade para trabalhos melhor remunerados, ainda que ofertando postos de trabalhos menos qualificados, muitas vezes abaixo de suas qualificações profissionais e que exigiam muito em termos de tempo e esforço físico.

São conhecidos como *dekasegui* esses nipo-brasileiros que fazem o caminho contrário de seus pais e avós. Também motivados por fatores econômicos,

os *dekassegui*, contudo, não vão trabalhar na agricultura. No Japão eles vão encontrar ocupação no setor fabril, em tarefas como as chamadas de “chão-de-fábrica, e compondo boa parte da classe operária japonesa.

Considerando o que foi apresentado até o presente momento, interesses e motivações econômicas são fatores fundamentais tanto para o fomento do deslocamento de imigrantes - as chamadas políticas migratórias de países fornecedores e receptores de mão-de-obra imigrante -, quanto em relação ao que motiva esses imigrantes deixarem seu país de origem e passar a viver num outro país. Contudo, também é possível perceber que a imigração é algo que não se restringe apenas a fatores econômicos. Como foi apontado, os contextos e as mudanças que vão acontecendo ao longo da história também impactam e influenciam os movimentos migratórios e a vida dos imigrantes e seus descendentes. Mas há outras questões igualmente importantes. Sendo as questões culturais e de identidade e pertencimento étnicos aspectos igualmente relevantes, quando se trata de um fenômeno como a imigração japonesa no Brasil, a vida dos descendentes dos imigrantes japoneses no Brasil e a vida dos *dekassegui* no Japão e seu retorno ao Brasil. Sendo que, no caso da imigração japonesa, o contato dos imigrantes japoneses e seus descendentes com a cultura do país de origem, apesar de conturbado em alguns momentos, sempre foi mantido ao longo das gerações.

2.3 GERAÇÕES

De forma geral, os imigrantes e a comunidade japonesa no Brasil sempre classificam a si mesmos com base na distância e posição que o genitor oriundo do Japão ocupa na árvore genealógica da família. Nesse contexto, usa-se o ideograma 世 (*sei*), cujo significado equivale à palavra “geração”, juntamente com o numeral em japonês correspondente a cada geração como está descrito a seguir. (SAKURAI, 2008)

O *issei* se caracteriza como a primeira geração, ou seja, os imigrantes originais que chegaram ao Brasil. De nacionalidade japonesa, possuem contato com o português como segunda língua. Sendo que o domínio da língua portuguesa vai variar de indivíduo para indivíduo. Em relação aos imigrantes japoneses que

passaram a viver no Brasil pode-se pensar em termos de um gradiente, que vai desde aqueles que tinham um bom domínio do português até aqueles que sabiam muito pouco (principalmente em relação à fala. Ou seja, a compreensão costumava ser maior do que a habilidade de se expressar em português).

Os *nissei* são os filhos dos imigrantes, a primeira geração efetivamente nascida em solo brasileiro. Possuem a característica de crescerem em dois universos completamente distintos. Estão inseridos na sociedade e cultura brasileira, porém igualmente imersos na cultura da terra de seus pais. Ainda que não enxerguem o Japão totalmente como a “pátria” de onde vieram, costumam ter visão quase utópica daquele país. Sendo o lugar de onde seus pais saíram, se sentem pertencentes a ele, mesmo nunca tendo pisado em seu solo.

Em contrapartida, os *sansei*, netos de japoneses, possuem uma relação completamente distinta com o Japão. Tem maior influência da cultura brasileira e maior distanciamento genealógico. O país do Sol Nascente passa a ocupar uma posição de algo lendário, distante e presente nas histórias antigas de seus avós. Já no que diz respeito aos bisnetos de japoneses (*yonsei*), o contato é ainda mais distante. A maioria dos *yonsei* tem muito pouco contato e conhecimento da língua japonesa. Nos lugares onde há associações culturais elas costumam desempenhar um papel importante na relação deles com o país de origem de seus antepassados. Contudo, o envolvimento costuma ser bem menor do que em relação às gerações anteriores. Comparados aos *nissei* e *sansei*, os *yonsei* tendem a ter um baixo envolvimento etnico-emocional com a cultura japonesa de origem, mesmo no caso daqueles que frequentam associações. Soma-se a isso que o ser *dekassegui* - muito comum nas duas gerações anteriores - não é um tipo de experiência tão comum entre os *yonsei*. Essas relações geracionais com o Japão perpassam inúmeros pontos sensíveis, que costuma constituir a própria autopercepção do nipo-brasileiro, enquanto um indivíduo dentro da sociedade brasileira. A primeira geração, evidentemente, se enxerga como estrangeira, pois de fato é e precisa compreender uma outra cultura, clima e sociedade com valores e costumes completamente diferentes de seu lugar de origem. Esses indivíduos tentam reproduzir, mesmo que em uma escala minúscula, a cultura e língua de seus pais de origem em suas casas

e - em contextos onde havia uma presença maior e mais intensa de imigrantes - em suas comunidades.

A relação com a língua japonesa e com o português é uma parte importante da experiência da primeira geração de imigrantes japoneses e, em graus cada vez menores, para as gerações subsequentes. Compreender a relação das diferentes gerações japonesas no Brasil com essas duas línguas, é algo importante se busca-se compreender o que é ser um imigrante japonês, ou um descendente de imigrante japonês no Brasil. A língua japonesa, nesse sentido, apresenta-se como um componente tanto étnico - em termos de identidade e pertencimento -, quanto no que se refere à experiência de ser um imigrante japonês, ou descendente de japonês, que precisa ser analisada e compreendida com atenção.

No que se refere aos japoneses das primeiras gerações, há algo que merece ser destacado: uma fala que mescla os dois idiomas. O imigrante de primeira geração, ao ser exposto ao português como segunda língua acaba por inserir vocábulos de seu idioma nativo em sentenças em português ou até mesmo realizar o inverso dessa linha de raciocínio. Apesar de possuírem estruturas gramaticais completamente distintas, ambas as línguas se mesclam em sentenças em português, cujo o verbo se encontra conjugado respeitando as normas do idioma japonês ou até mesmo a utilização dos próprios vocábulos lusófonos para palavras sem tradução aparente.

Já o que configura a segunda geração é a absorção de ambas as línguas, de maneira simultânea, de modo a gerar pequenas confusões no que diz respeito à construção de sentenças, ou até mesmo na identificação de substantivos e demais palavras em suas respectivas línguas.

Neste ponto, é de suma importância o entendimento do contexto multicultural no qual um filho de imigrante se encontra. Evidentemente, não há possibilidade de as gerações posteriores aos imigrantes sentirem a mesma ligação afetiva com o país de origem, uma vez que nunca estiveram lá. No entanto, crescer em um lar que tenta, em certa medida, replicar o universo da terra natal de seus genitores é, sem sombra de dúvidas, uma pedra angular na construção da identidade dos indivíduos.

A identidade destes japoneses não é algo que vem à consciência somente no universo da casa ou por meio de um processo individual de classificar-se, construções como estas se dão por processos de alteridade e classificações em uma relação com os outros que envolve as noções de “iguais” e “diferentes”. Identidade e diferença são construções de um campo relacional que envolve alteridade entre o “eu” ou “nós” e os outros, nestas relações se dão classificações mediadas por formas simbólicas onde pessoas são nomeadas e definidas. Em contexto, as elaborações de alteridade ganham corpo principalmente no contato com os não descendentes ou os brasileiros, notadamente essas elaborações começam a ser produzidas na infância, alçando esta memória as lembranças que surgem são de contrastes construídos em marcas corporais: os “olhos” em seus traços acentuados ou “puxados” que na sociedade brasileira explana a definição dos asiáticos e de seus descendentes. (HAGUTAI. 2009. P.5)

Destarte, podem ser observados inúmeros pontos a serem analisados sob a perspectiva de um indivíduo criado em um contexto onde duas culturas coexistem, como no caso aqui tratado. Os choques como alimentação, costumes, crenças e noções de moral são perceptíveis ao longo do crescimento do indivíduo e se tornam mais perceptíveis no ambiente escolar. Todavia, a mais notável das divergências continua sendo o idioma.

Neste cenário, o filho de imigrante convive com dois idiomas completamente distintos: o que é falado pelos pais e o que é falado pela sociedade. O contato com cada uma das línguas pode ser dar de diversas formas. Uma possível forma de contato ocorre simultaneamente em casos de um dos genitores não ser imigrante e a criança se desenvolver ouvindo os dois idiomas no ambiente familiar. Outra forma de contato se dá através de uma predominância maior do idioma do local de origem dos pais e as experiências com o idioma no país de nascimento da criança. Nesse caso o contato com a língua dominante no país se dá de forma mais gradual. Independente das duas formas supracitadas, há um ponto onde o contraste linguístico fica ainda mais acentuado: o ambiente escolar.

Ao ser inserido no sistema educacional de seu país, a criança filha de imigrantes obtém acesso ao aprendizado formal da língua falada por aquela sociedade na qual ela se encontra inserida. Frequentando as aulas, o indivíduo adquire conhecimentos mais profundos a respeito deste idioma, que é aprendido

com esforço por seus genitores. O aprendizado de normas gramaticais e ortográficas bem como todos os elementos ligados à alfabetização são assimilados e o próprio ambiente escolar estimula o diálogo no idioma corrente do país. Para se comunicar com seus professores e colegas de classe, a criança utiliza exclusivamente o idioma ensinado na escola. Mas o uso do português pode não ocorrer com seus pais. No ambiente familiar, o idioma nativo de seus pais é amplamente falado e incentivado. Ainda que a língua materna de seus genitores não seja encarada como a língua materna do indivíduo, ela passa a ser uma língua de herança. (FLORES e PFEIFER, 2014)

Um fator determinante de uma língua de herança é a vivência em uma comunidade para além do núcleo familiar. Uma comunidade de imigrantes tende a difundir com mais afinco a língua de seu país de origem para as próximas gerações. Com mais falantes do idioma, há mais oportunidades de praticá-lo e aprender a fundo a língua de herança. Como citado em páginas anteriores, os imigrantes japoneses se concentraram em comunidades e investiram na criação de escolas para ensino da língua japonesa a fim de preservar a mesma.

O investimento dos primeiros imigrantes da educação foi um inegável sustentáculo para a difusão do japonês como idioma de herança. Ainda que estivessem com o objetivo inicial de retornar ao Japão, as escolas de língua japonesa se configuraram como um ambiente de reafirmação da identidade étnica do grupo e de seus indivíduos. Dessa forma, podemos ver que a preservação da língua japonesa foi sempre algo de extrema importância para os nipo-brasileiros.

No entanto, nota-se um enfraquecimento do vínculo com o idioma japonês conforme as gerações vão se passando. É nítido o quanto o número de falantes de japonês diminui significativamente de uma geração para outra. Os fatores são diversos: desde as restrições impostas pelo governo, o maior contato com indivíduos lusófonos e até mesmo casamentos com membros de outros grupos étnicos. Dessa forma, o sentido da fala em japonês vai gradualmente se perdendo entre as gerações mais jovens.

Buscando compreender os componentes culturais, étnicos, identitários e de pertencimento da experiência de ser um imigrante ou descendente de imigrante japonês

no Brasil, este trabalho concentra seus esforços em analisar de maneira mais aprofundada as relações do idioma japonês com seus falantes em contexto diaspórico ao longo das gerações que se sucederam desde 1908. Ao decorrer das páginas que seguem a língua japonesa surge, portanto, como o eixo em torno do qual busca-se compreender o que é “ser japonês” ou “descendente de japonês” no Brasil a partir de um recorte geracional entre *isseis*, *nisseis*, *sanseis* e *yonseis*.

3 PRIMEIRA GERAÇÃO E DEFINIÇÕES SOBRE A LÍNGUA

Conforme Souto et al (2014) nos elucidam, o próprio conceito de “língua” percorre e se entrecruza com uma miríade de definições e abordagens teóricas, não havendo, de fato, um consenso entre as mesmas. Pegando as definições dadas por Sassure (1970), podemos entender a língua como o fato social pertencente ao campo da linguagem. Santos (2000) ainda complementa, que a língua então pode ser compreendida como um conglomerado de signos os quais possuem um determinado grupo de normas e correções como baluarte de seu funcionamento. Nesse sentido

No corpus da pesquisa, existiam suas variações, e diversas comunidades e falantes das mesmas. A começar pela língua materna, usada no país do falante, adquirida desde a infância, durante o aprendizado da linguagem. As línguas vivas, são todas as línguas utilizadas, tanto na comunicação oral como na comunicação escrita, nos mais diversos países. As línguas mortas não estão mais em uso como meio de comunicação oral e escrito, mas substituem essas e são utilizadas, às vezes, em milhares de textos bíblicos, documentos arqueológicos, textos literários, servindo como documento-fonte de pesquisa. O Sânscrito, o Latim, o Grego, também são ditas línguas “mortas” porém são encontradas em documentos religiosos.

No universo pesquisado, existe uma pluralidade de línguas, desde que se fale língua portuguesa, inglesa, francesa, espanhola, entre outras. Aqui, o termo entra em concorrência com outras palavras - dialetos, regionalismo, sotaques e patoás -, que também designam sistemas de comunicação lingüísticos. Há diversos tipos e níveis de línguas. Para se conhecer, é necessário mais tempo e mais investigações neste campo. (SANTOS, 2000)

Segundo os pressupostos apresentados, passemos então para os pontos chave a respeito da língua que norteia as vivências de imigrantes, refugiados e seus descendentes.

3.1 LÍNGUA MATERNA

O conceito de Língua Materna centra-se como pedra angular para as análises aqui propostas. Embora passível de uma certa auto explicação pelo próprio termo, é de suma importância a definição do deste conceito para fins comparativos entre a língua japonesa e portuguesa nas gerações de imigrantes e filhos dos mesmos em território brasileiro.

Neste sentido, Spinassé (2006, p. 4) afirma que

A aquisição da Primeira Língua, ou Língua Materna, é uma parte integrante da formação do conhecimento de mundo do indivíduo, pois junto à competência linguística se adquirem também os valores pessoais e sociais. A Língua Materna caracteriza, geralmente, a origem e é usada, na maioria das vezes, no dia-a-dia.

Com isso, pode-se compreender melhor a relação entre os issei e a língua japonesa. Sendo os issei a primeira geração de imigrantes, isto é, aqueles que vieram do Japão para o trabalho nas lavouras de café no Centro-Sul e de pimenta do reino no Norte do Brasil. Sendo eles, portanto, aqueles que possuem o japonês como idioma nativo.

Conforme Ocada (2012) mostra, após desembarcarem no Porto de Santos, os japoneses eram encaminhados à Hospedaria dos Imigrantes na cidade de São Paulo para, então, serem distribuídos às fazendas de cafeicultura no interior do estado. No entanto, segundo Ocada, Célia Sakurai (2000 apud Ocada 2012, p 84) nos revela que:

Diferentemente do que se costuma supor em relação à imagem associada a esses imigrantes, vistos pelos brasileiros como “agricultores experientes”, ao analisar os dados obtidos na Cooperativa Agrícola de Cotia, a pesquisa realizada por Sakurai (2000) constatou que o número de agricultores, chefes de família, que efetivamente adentraram o território nacional até o ano de 1962, correspondia a apenas 37,9% do total, concluindo a partir disso que, embora a experiência com o trabalho na agricultura fosse uma das exigências do governo brasileiro, a parcela predominante desses imigrantes já advinha de contextos urbanos; e somente vieram a se tornar agricultores no Brasil.

Também é possível mapear as reações e expectativas por parte dos imigrantes japoneses. O estranhamento à língua, ao clima e à alimentação não poderiam ser maiores. O choque com as condições de trabalho gerou um forte sentimento de desilusão entre os imigrantes, que permaneceram trabalhando sob irrisória remuneração e com a esperança de retornar ao Japão (Sakurai, 2000).

O já mencionado corte ao subsídio, por parte do governo paulista, também apresentava a possibilidade de um fim prematuro à imigração japonesa no Brasil. Porém é neste período que o número de japoneses adentrando o Brasil começou a crescer. Sakurai (1998) atribui o fenômeno à iniciativa da imigração tutelada:

É tutelada, porque é amparada desde o início, por meio de orientações, ajuda e gerência dos representantes do governo japonês. A imigração japonesa se diferencia das outras que escolhem o Brasil, por se estruturar sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil. O governo japonês, através de seus diferentes ramos e agentes, participa explicitamente do processo de fixação desses imigrantes, para que ele ocorresse com sucesso.

A imigração japonesa para o Brasil é uma imigração dirigida, subsidiada e estimulada por ambas as pontas da corrente: o Japão e o Brasil. Cada país tem os seus interesses próprios, que se coadunam com o momento histórico em que se desenrola. Para a compreensão desse quadro, é necessário retornar ao final do século XIX, onde estão presentes as raízes do processo. (SAKURAI, 1998. p.3)

Percebe-se, portanto, que ambos os lados - o do governo brasileiro e o do Japão - garantiram o êxito e manutenção do fluxo migratório, e, ainda que o fim do subsídio demonstrasse um certo desinteresse do Brasil ao longo do tempo, o governo japonês se encarregou de garantir o Brasil como destino aos japoneses que emigrar daquele país.

Para os imigrantes japoneses, conforme o tempo ia passando, a esperança de regresso ao Japão tornava-se cada vez mais escassa. Ainda que muitos imigrantes tenham aportado em Santos com o objetivo de juntar dinheiro e retornar à

terra natal, fica nítido o desalinhamento dessas expectativas com a realidade. Sobre isso, Sakurai ainda nos diz:

Percebe-se no entanto, um nítido descompasso entre os objetivos das autoridades japonesas e os dos imigrantes. Pois afinal, se por um lado o imigrante deseja mais do que nunca enriquecer e voltar para o Japão, a meta das companhias de emigração, é a de fixá-los na nova terra. Não há nenhum interesse do Japão em incentivar qualquer retorno. Para fixar, o governo japonês oferece facilidades que são prontamente aproveitadas por aqueles que querem enriquecer e voltar.

Uma ilustração de como a tendência a uma fixação por um período mais prolongado no Brasil é uma decorrência da impossibilidade de enriquecimento rápido e portanto, de busca de alternativas para uma acumulação fora do contrato assalariado, pode ser deduzida do quadro abaixo: o imigrante investe a poupança do seu trabalho no Brasil, ao invés de enviar à família no Japão. O pecúlio acumulado nos anos de trabalho nos cafezais vai sendo canalizado para a ocupação autônoma na agricultura. (SAKURAI, 1998. p.13)

3.2 RETERRITORIALIZAÇÃO

Dado o que fora apresentado anteriormente, é possível perceber a necessidade dos imigrantes japoneses de estabelecerem novas relações com o território brasileiro. Antes de maiores discussões e análises sobre esses imigrantes japoneses, é importante colocar qual conceito de território este texto usa. Sobre o tema em questão, a principal referência conceitual é a proposta por Rogério Haesbaert:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terrateritorium* quanto de *terreo-terror* (terror, aterrorizar), seja ou , tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“posseção”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2005. p. 6774 - 6775)

Nesse sentido, podemos compreender as relações que esses imigrantes japoneses estabelecem com o território brasileiro, onde vivem, como sendo pautadas por sentimentos de apropriação do espaço geográfico através de sua vívida identidade cultural. Trata-se, portanto, do que Haesbaert (2004) denomina de reterritorialização, que é o processo de ressignificar culturalmente o novo espaço, em que agora se vive.

Para esses imigrantes japoneses, o processo de instalação no Brasil ocorreu entre o desejo de voltarem para seu país de origem, e a necessidade de se reterritorializarem. Sendo isso algo muito forte entre os issei, mas que também atingiu, ainda que com certas diferenças, seus descendentes. Pode-se considerar que, de certa maneira, a primeira geração de imigrantes japoneses experimentou certa frustração quanto ao futuro que haviam planejado, que era o desejo de retornarem à sua terra. Isso se deu, *pari passu*, com o enfrentamento de dificuldades e obstáculos, como as grandes diferenças culturais e linguísticas entre o Brasil e o Japão. Como forma de enfrentar isso, foi muito comum entre os issei irem, gradualmente, se reunindo em comunidades e grupos, para não perderem suas conexões e vínculos com sua identidade cultural e nacional de origem. Era, portanto, notório o empenho da primeira geração em reinventar o Japão no contexto diaspórico.

Deve-se destacar que o fato de essa primeira geração ter construído - num lugar distante e diferente - realidades próprias, comunitárias, que lembravam sua terra natal e afirma sua identidade cultural, foi algo de suma importância para a preservação e difusão da Língua Japonesa entre os filhos da primeira geração, os nissei.

Outro fator determinante para a consolidação do senso de comunidade foi o evidente sentimento antinipônico que pairava na população brasileira, já citado em páginas anteriores deste trabalho. Jeffrey Lesser (2001) ilustra isso através do fato de que - sendo o Brasil de então uma sociedade cristã, católica e de influência europeia - tornou-se comum entre a população enxergar os imigrantes japoneses como não cristãos, como um temível risco e “perigo amarelo”. Sendo muito comum nas décadas iniciais da imigração japonesa, esse era um sentimento muito forte nas elites brasileiras. Sakurai reforça isso ao apontar que

As reações anti japonesas continuam a crescer. A idéia de um ‘perigo japonês’, engloba todo o conjunto de preocupações em torno do Japão, Estado emergente no cenário mundial. Os interesses japoneses se chocam com os das potências ocidentais. Os ecos dessa discussão chegam ao Brasil em 1914, provenientes da Argentina e do Uruguai, tomando corpo durante a década de 1920. A presença de japoneses no convívio com os brasileiros alerta as elites locais, em vista dos acontecimentos internacionais. (SAKURAI,1998.P.8)

Dessa forma, as comunidades nipo-brasileiras, para os próprios imigrantes, constituíam-se como um ambiente seguro, familiar e de resistência. Em outras palavras, tratava-se do esforço de um grupo minoritário em apropriar-se e reapropriar-se dos meios de definir sua identidade, a partir de critérios que eles mesmo estabeleceram para si. Algo que era reforçado pelo sentimento de injustiça sentido, sofrido e vivenciado de forma coletiva, pelos imigrantes japoneses. Algo que, portanto, convocava aquelas pessoas pertencentes a um grupo alvo de discriminações - nesse caso os imigrantes japoneses no Brasil - a se unirem em um forte senso de coletividade.

3.3 AS ASSOCIAÇÕES

Deve-se salientar também o quanto o processo de reterritorialização se deu de forma notória com a fundação das associações, de cunho esportivo ou cultural, formadas por nipo-brasileiros, com o objetivo de manter vivas a língua, a cultura e as tradições nipônicas. Tais associações, chamadas de *kaikan* ou *bunkyo* pelos imigrantes, cumpriam o papel de proporcionar aos issei e seus descendentes um ambiente que fosse, de alguma forma, similar àqueles que eles deixaram no Japão.

Nessas cooperativas podia-se encontrar o contato direto com a cultura, com o idioma, primeiramente por que a língua falada era o japonês, nesses locais podia-se ver filmes originais tanto curta como longa metragem, haviam reuniões e encontros para dias comemorativos, atividades de dança típica japonesa e ainda esportes, além da interação dos descendentes em relação às informações que diziam respeito a melhora da qualidade de vida, informações sobre Japão, enfim tudo o que fazia parte do interesse desses novos integrantes do Brasil

Os japoneses podiam contar com vários suportes de ajuda espiritual (associações religiosas), educacional (escolas de japonês), esportiva (associações esportivas), financeira (associações financeiras), o que faziam deles fortalecidos, pois começaram a perceber que conforme aumentava a união deles, mais a sua comunidade teria condições de estabilidade. (ESAKI, 2008, p. 3-4)

As associações também cumpriam o papel de ser um abrigo, um lugar de proteção, frente ao preconceito e à xenofobia sofridos pelos nipo-brasileiros, por parte da sociedade brasileira em geral, que os encarava como os “amarelos”, como os eternos estrangeiros, não brasileiros. Sendo necessário destacar que a primeira geração enfrentou um contexto onde também existia, dentro das elites brasileiras, grupos influentes que concebiam e propagavam uma visão de brasilidade ideologicamente vinculada à eugenia, à ideias positivistas e racializadas. Frente a isso os imigrantes japoneses eram submetidos a visões preconceituosas sobre eles. Havia, por exemplo, aqueles que os viam como uma “raça inferior” e “perigosa”, enquanto outros os viam como supostamente “dóceis” e “submissos” - quando comparados aos imigrantes italianos - (Lesser, 2001). Segundo Sakurai (2008), as associações japonesas - à semelhança das organizações católicas ligadas a imigrantes europeus - eram espaços importantes, onde se procurava manter a educação bem como os costumes tradicionais japoneses.

Segundo Winterstein (2011), às associações nipo-brasileiras também se consolidaram como de fundamental importância para a comunidade diaspórica japonesa. Estes eram locais onde as informações sobre o Japão corriam, as redes de contato social eram estabelecidas, os casamentos e acordos comerciais eram realizados.

Esaki (2008) nos apresenta o exemplo das associações do município de Marília (SP), localizado a 443 quilômetros de São Paulo. Ela relata que em Marília a primeira entidade do gênero foi a Associação Nipo-Brasileira de Marília, fundada no ano de 1930. No local, posteriormente conhecido como *kaikan*, era possível se deparar com uma miríade de atividades e eventos como aulas de língua japonesa, taiko (tambores) e judô. A associação era financiada por meio de mensalidades de seus inúmeros associados residentes na zona rural e urbana. Atualmente, a instituição recebe o nome de Nikkey e apresenta uma sede social localizada na região central da cidade. Além do edifício citado, o Nikkey ainda conta com um espaço campestre em um bairro periférico onde há a prática de esportes como beisebol e softball. A sede campestre ainda é palco de um importante evento regional de cultura japonesa, denominado Japan Fest.

Existem ainda outras associações tais como o Okinawa Kyokai, que em 2002 completou 50 anos e que foi criada justamente por causa da discriminação contra os okinawanos. Pode-se citar também as associações para homens jovens (Seinen-kai) e para garotas (Joshi-Seinen-kai) que prestavam serviços em prol da comunidade nipônica. Outra associação que também pode ser citada é o Esporte Clube Mariliense, porém este era mal visto pelos isseis que gostavam de manter as tradições e também não aceitavam muito a adesão de não descendentes para as associações. Além dessas, muitas outras existiam como, por exemplo: Associações Religiosas, Associações de Crédito, Associações informais, e associações não-japonesas, porém não possuem tanta importância para o objeto de estudo (ESAKI, 2008. p.4)

Nessa fala de Esaki, faz-se necessário um pequeno comentário a respeito dos imigrantes oriundos da província de Okinawa ao sul do Japão. A região de Okinawa, antigo Reino de Ryukyu, foi anexada tardiamente ao território japonês. Seus moradores com língua e cultura tão diferentes do restante do Japão foram alvo de inúmeros atos de segregação até mesmo no contexto migratório. Muitos imigrantes japoneses alegavam que os okinawanos não eram japoneses de fato e que corromperam os valores japoneses com sua linguagem e costumes considerados inferiores.

3.4 ESCOLAS

Como fora citado anteriormente, a consolidação das associações nipo-brasileiras, marca um importante passo na consolidação dos japoneses em solo brasileiro e atuam como principal meio de preservação dos costumes e tradições da terra natal. No entanto, há de se destacar amplamente o caráter educacional exercido por essas entidades no ensino da Língua japonesa.

Kajimoto (2016) detalha que as sedes dessas associações, os *kaikan* (ou também chamados *nihonjin-kai*), surgiram com o objetivo de estabelecer escolas que atendessem as crianças de comunidade japonesa - sejam elas nascidas ou não no Brasil. Essas escolas, chamadas entre os colonos de *nihon gakko* (literalmente “escola japonesa”), utilizavam materiais didáticos importados do Japão em suas atividades cotidianas.

Neste contexto fortemente atrelado à questões de preservação cultural e afirmação de suas identidades étnicas, as escolas de japonês importam, não apenas livros, mas todo um sistema de ensino e valorização às tradições e morais nipônicas. A expressão *yamato damashii* talvez seja a principal definição sobre os valores que o sistema educacional diaspórico dos imigrantes japoneses se propunha a transmitir.

O termo *Yamato* se refere ao antigo nome do Japão em seu idioma, ao passo que *damashii* pode ser traduzido como espírito ou alma. Portanto, a junção de palavras pode ser interpretada como o “espírito japonês” ou como os “valores inerentes à alma do indivíduo japonês” (SILVA, 2008).

Esse conjunto de valores também foram as bases para a criação da *Shindo Renmei* que alegava que o *yamato damashii* estava sendo corrompido por aqueles que aceitavam a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. Caberia à *Shindo Renmei* então, restaurar o espírito e os valores japoneses mesmo que isso custasse a vida de alguns imigrantes.

As escolas de língua japonesa, no entanto, não tiveram uma história marcada por estabilidade. Um fato histórico que interferiu diretamente nas associações e, por conseguinte, em suas escolas, foi a Segunda Guerra Mundial. O rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados constituintes do

Eixo (sendo eles Alemanha, Itália e Japão), em 1942, foi o início de um período hostil para os imigrantes japoneses. As tensões políticas entre ambos os Estados ocasionaram uma série de represálias aos japoneses, tanto por setores da sociedade civil, quanto endossadas pelo próprio governo brasileiro. A respeito deste período, Vieira (1973, p. 235) descreve que:

Os japoneses das zonas pioneiras foram duramente atingidos por essas medidas, tanto mais quanto estavam economicamente e culturalmente orientados para o Japão. Viram seus depósitos bancários congelados, proibida a alienação ou oneração de seus bens imóveis, privados do apoio das casas bancárias japonesas, suas cooperativas agrícolas sob regime de intervenção e todas as empresas de capital japonês compelidas à liquidação forçada ou colocadas sob a administração do Governo Federal. Foram também fechadas as escolas japonesas e as associações nipônicas.

Este período de perseguição representou um lapso temporal na continuidade do ensino da língua japonesa de maneira formal no Brasil. Sendo assim, os filhos dos imigrantes tiveram um contato consideravelmente maior com o idioma português, durante o período da Segunda Guerra Mundial. Algo que é um dos fatores a ser levado em consideração no estudo das gerações subsequentes à dos primeiros imigrantes japoneses no Brasil.

Kajimoto (2008) ainda ressalta que as associações só foram reabertas por volta da década de 1950. Mesmo com a rendição do Japão em 1945, o sentimento sobre os japoneses por parte da sociedade brasileira manteve-se hostil. Também existiram desentendimentos políticos internos dentro da comunidade diaspórica japonesa. Esses foram alguns dos fatores que inviabilizaram o retorno imediato do ensino do Japonês de maneira formal.

Contudo, com o restabelecimento das associações na década seguinte, as escolas de japonês puderam ser reabertas. Como exemplo, a supracitada Associação Nipo-Brasileira de Marília foi refundada em 1951. Ela trazia em seus estatuto, objetivos muito claros:

[...] desenvolver o espírito de solidariedade e cordialidade entre os brasileiros e japoneses, foi integrado “promover e tratar, junto aos Poderes Federal, Estadual e Municipal, de medidas de interesse da Associação e de

seus filiados; manter um serviço de utilidade para seus associados e promover entre estes a necessária união e harmonia; socorrer qualquer dos associados no caso de desastres ou invalidez, atendendo sua família em suas necessidades, quando solicitadas, manterá ainda um departamento de Assistência Social, com a finalidade de interessar-se, sempre que for solicitada e necessária, pela internação de doentes em hospitais, tanto nesta como em outras cidades, auxiliando-se nas despesas de transportes ,quando se tratar de pessoas reconhecidamente pobres, devendo ser criado um “Fundo Especial”, que será destinado ao “Natal da criança pobre”, que assis promoverá em sua sede social, cujo “Fundo” deverá ser utilizado também em donativos às Obras de Assistência da cidade, desde que funcionem legalmente, sem distinção de religião, sendo vedado, terminantemente, a intromissão da Associação em qualquer assunto político. (VIEIRA, 1973, p. 170).

No estatuto, é perceptível a preocupação de manter a associação distante de assuntos políticos por conta dos eventos ocorridos no Pós-Guerra com a *Shindo Renmei*. Isso nos revela a preocupação dos imigrantes em construir uma comunidade pacífica onde a língua e cultura japonesas serviriam como instrumento de união e não guerra terrorismo.

Logo, ainda que marcados por instabilidade e perseguição política, os imigrantes japoneses de primeira geração - os issei - se empenharam arduamente na consolidação de comunidades japonesas e associações e instituições que pudessem transmitir às próximas gerações, não apenas a linguagem, mas também os costumes, tradições e valores morais que julgavam imprescindíveis para o que era tido como “ser japonês” (*yamato damashii*).

4 SEGUNDA GERAÇÃO E LÍNGUA DE HERANÇA

4.1 LÍNGUA DE HERANÇA

Os filhos de japoneses nascidos no Brasil possuem uma interação com o idioma japonês que é diferente da primeira geração. Ainda que nascidos em solo brasileiro, seu núcleo familiar é estrangeiro e, portanto, seguem padrões por vezes divergentes da sociedade com a qual irão interagir e pertencer ao decorrer da vida. A primeira geração de imigrantes procurou transmitir elementos como religião, valores e alimentação do seu país de origem para essa nova geração, de filhos de imigrantes japoneses, que já nasceu no Brasil. Sendo que a língua foi um desses patrimônios culturais que foi passado adiante e sendo transmitida para a segunda geração, os nissei. Sendo a língua japonesa, que a primeira geração de imigrantes transmitiu para a segunda geração, o foco deste trabalho. Trata-se daquilo que, no contexto imigratório, denomina-se de Língua de Herança.

A LH [Língua de Herança] é a língua falada no seio da família, isto é, a língua de origem do emigrante. Em geral, esta é a primeira língua à qual a criança é exposta. Se esta observação é óbvia no caso das famílias que já tinham filhos pequenos quando emigraram, também é válida no caso de muitas crianças emigrantes que nos primeiros anos de vida ficam em casa com a mãe, o pai ou os avós, não frequentando creches ou infantários. Isto significa que, nestes casos, a LH da criança é a sua Língua Primeira (L1); o contexto de aquisição nos primeiros dois ou três anos de vida não se afasta muito do contexto de aquisição de crianças que crescem no país de origem. (FLORES e PFEIFER, 2014,p.17)

No caso da imigração japonesa no Brasil, como já colocado, a primeira geração de imigrantes buscou transmitir sua língua de origem, como língua de herança, para a segunda geração. Os desdobramentos históricos, como apontado anteriormente, tornaram esse processo de transmissão algo não linear. Foram

muitos os obstáculos. Mas também foram muitos os esforços da comunidade de imigrantes japoneses, para que isso ocorresse. Contudo, além das dificuldades já apontadas, também existe o fato de que os japoneses de segunda geração, com o decorrer do tempo, em diferentes momentos de suas vidas, de seu cotidiano, foram tendo contato, aprendendo e fazendo uso da língua majoritária, o português. Trata-se de contatos como aqueles que se dão, por exemplo, pela convivência com crianças que não descendem de imigrantes e, principalmente, o que ocorre no ambiente escolar. Sendo que, estando inserido no sistema educacional dominante, os filhos de imigrantes têm um aprendizado, e subsequente domínio, da língua majoritária muito mais rápido e maior que seus genitores.

Segundo Flores e Pfeifer (2014) há, inclusive, uma tendência de predileção da criança pela língua majoritária. Esse comportamento é compreensível uma vez que essa língua é a forma de comunicação com seus novos amigos, professores e toda uma miríade de interações novas que são apresentadas no ambiente fora do seio familiar (e, no caso dos imigrantes japoneses no Brasil, fora das comunidades nipônicas). Sendo que essa exposição à língua majoritária é ainda maior nos casos em que os genitores já pertencem à segunda geração.

Segundo essas autoras, o contato com as duas línguas é, portanto, claramente desequilibrado, ainda que simultâneo. Fato esse que impacta de forma direta no domínio da língua de herança por parte de seu falante (o filho de imigrantes). Ao que se soma o fato de que entre os falantes da língua de herança há um espectro que abrange desde aqueles que conseguem falar, ler e escrever os dois idiomas fluentemente, à aqueles que conseguem manter alguns diálogos ou compreender medianamente uma oratória.

4.2 NISSEI: A SEGUNDA GERAÇÃO

Como observado até o presente momento, os imigrantes japoneses apresentaram um grande comprometimento no que diz respeito à criação de seus filhos. Dito isso, o que se busca neste segundo capítulo é compreender a relação dos filhos de imigrantes japoneses no Brasil com a língua japonesa, por meio de uma análise de suas vivências como imigrantes de segunda geração.

A princípio, a expressão “imigrante de segunda geração” pode soar contraditória e paradoxal, uma vez que se tratam de indivíduos nascidos em território brasileiro. Quanto a isso, Braga (2019, p.389) nos elucida:

Esta resposta se sustenta em três pontos: (1) identificar alguém como imigrante de segunda geração implica reconhecer que, dentro da sociedade a qual ele pertence, o fato de seus pais serem imigrantes é algo que vai influir na sua identidade; (2) primeira e segunda geração são realidades inseparáveis (a existência da segunda está relacionada à existência da primeira: o imigrante de segunda geração é o filho do imigrante de primeira geração); (3) ainda que sejam realidades inseparáveis e interligadas de forma comunicante, a condição e a experiência de ser um imigrante de primeira e de segunda geração são significativamente diferentes.

Desse modo, a realidade vivenciada pelos nissei com sua língua de herança está alicerçada em todo o sistema de comunidades, escolas e associações desenvolvido por seus genitores, em meio a sociedade brasileira. Logo, dois mundos *a priori* distintos - o mundo da família e da comunidade e o mundo da sociedade abrangente, brasileira - compõem o plano de fundo e cenário da vida de um filho de imigrante japonês no Brasil.

Para os issei, os nissei já pensam diferente, a língua já não é mais a japonesa e os costumes se misturam aos costumes brasileiros. Os japoneses que chegaram ao Brasil depois da Segunda Guerra eram chamados “Japão-Novo”, e também discriminados pelos próprios japoneses que aqui se encontravam, pois diziam que a guerra fez com que o “espírito japonês”, *yamatodamashii*, fosse modificado. Segundo eles, tudo que era conhecido antes da guerra ficou diferente, até a moral, mentalidade e os costumes devido às mudanças nos valores culturais. (Kajimoto, 2016. p. 40)

Sendo importante ressaltar que as atitudes e comportamentos resultantes do *yamatodamashii* eram aspectos intrínsecos à identidade e auto-afirmação dos imigrantes japoneses de primeira geração no Brasil. Algo que fazia com que a língua de herança fosse transmitida como algo que carregava uma forte carga cultural, ligada ao *yamatodamashii*. Sendo isso parte da forma como o idioma era transmitido para as novas gerações. Nesse processo, valores da cultura japonesa - como os relacionados à polidez, o tom de voz sempre moderado e um tipo cordialidade

contrastante ao da sociedade brasileira - eram os alicerces para a transmissão da língua japonesa. O termo que melhor define estes comportamentos seria, logo, um termo advindo do próprio Japonês: *shitsuke*.

Em linhas gerais, o termo *shitsuke* (躰) pode ser empregado para ilustrar bons modos de crianças japonesas, cuja palavra vem da etimologia nativa que significa “etiqueta e bons modos dos samurais” e é codificado através de um logograma que combina duas partes: a porção da esquerda que significa “corpo” (身) e a da direita, “beleza” (美), a qual remete à beleza do comportamento, de uma cultura que floresceu no período Edo (1600-1870). Em outras palavras, a atitude pode ser representada com o cumprimentar com assertividade, usar expressões marcadas em contextos de agradecimento que não deve ser um mero “sou grato(a)”, mas sim “*osewa ni narimashita*” - “sou grato(a) pelo apoio e por ter recebido atenção”, que considera um elo anterior e posterior, curvar-se diante dos mais velhos, ser respeitoso no trato da hierarquia de anterioridade, cumprir as promessas, não se atrasar nos compromissos, entre outros. Dessa forma, o ensino da língua não se pauta em somente decodificar e memorizar os caracteres japoneses e aprender sua gramática, mas também transmitir as atitudes esperadas por um falante dela. (MORALES, 2020. p. 1375)

A segunda geração conviveu, portanto, com realidades culturais extremamente distintas: a do país onde nasceram e viviam; e a de herança, a do país de seus genitores. Contudo, por mais que seus pais se esforçassem, o acesso ao sistema de ensino brasileiro fazia com que os nissei rapidamente se adaptassem à língua portuguesa e à cultura brasileira. O que fazia com que o português fosse assimilado como língua materna, em conjunto com o idioma japonês. Com isso, em comparação aos imigrantes de primeira geração, que aprenderam o português como segunda língua - muitas vezes sem educação formal - , os nissei distinguiam-se de seus genitores por transitarem com uma maior facilidade entre os espaços culturalmente brasileiros e o espaço reterritorializado da primeira geração de imigrantes japoneses.

Deve-se também levar em conta que aspectos culturais e diferenças de valores entre as duas sociedades - Brasil e Japão - têm relações com o quão distintas são a língua portuguesa e a língua japonesa. Ao que se soma o fato de

que, por não pertencerem nem à mesma família linguística, encontrar similaridades entre elas se mostra um esforço improfícuo.

A começar pelo fato de que a sintaxe japonesa, com seus verbos no final das frases, diversos indicadores de posse, hierarquia, tempo, ênfase e espaço não compactua com nenhuma lógica sintática que rege as orações do idioma português. Ao que se soma a diferença de que o sistema de escrita utilizado pelo japonês consiste de ideogramas de origem chinesa (*kanji*) e dois silabários (*hiragana* e *katakana*) cujos caracteres foram desenvolvidos a partir de sistema de escrita importado da China.

Levantada todas essas questões, há algo de relevante que deve ser levado em conta quando se fala dos nissei e suas relações com a língua de herança e a língua materna: ambas as línguas - o japonês e o português - pertencem a universos culturais distintos e, ao mesmo tempo, coexistem na vida de um filho de imigrante japonês de primeira geração. Portanto, é compreensível e esperado que se criem relações complexas entre os dois idiomas, através dos falantes dos mesmos (sejam esses bilíngues ou não).

4.3 COLONIAGO

O contexto da diáspora tende a criar um ambiente propício para adaptações de um imigrante e sua comunidade de compatriotas. São mudanças que podem ocorrer em âmbitos concretos, como o vestuário mais adequado ao clima do novo país ou as comidas feitas com os insumos disponíveis. Entretanto, uma mudança mais sutil, e abstrata, também pode ocorrer e se tornar perceptível na forma de se comunicar dos imigrantes e seus descendentes, dentro da sociedade onde estão inseridos. É o que se observa quando a língua japonesa falada no Brasil vai se modificando, quando comparada àquela falada no Japão. Sobre isso escreve Teiiti Suzuki (1990, p. 22):

Criada a situação social favorável ao bilinguismo, começou, então, o processo de mistura de duas línguas. Devido à forte resistência dos imigrantes à influência da língua dominante, esse processo se dá lentamente [...] ou seja, a incorporação de certos pronomes pessoais do

português no "coloniago" e a substituição de outros, ou inexistentes ou de uso restrito, no japonês-padrão.

Portanto, o "coloniago" - que envolve o processo de construção de identidade e de adaptação social e cultural da imigração japonesa no Brasil que atinge também a língua japonesa falada no Brasil - passa a ser uma realidade entre os imigrantes, sobretudo aqueles pertencentes à segunda geração, que tem o japonês como língua de herança. Sendo que a interrupção do ensino da língua japonesa durante o período da Segunda Guerra é algo que deve ser levado em conta, pois impacta a comunidade japonesa no Brasil, restringindo a transmissão cultural e linguística para as novas gerações. Ressaltando que, no período imediato ao pós-guerra, o ensino do idioma japonês era visto como algo ainda clandestino (Morales, 2020). Portanto, demorou um pouco para que o japonês voltasse a ser ensinado abertamente, como forma de preservação cultural e reafirmação identitária. Isto fez com que a língua japonesa fosse transmitida de forma coloquial por muitos anos. Um intervalo de tempo histórico que favoreceu o distanciamento do japonês falado entre os nipo-brasileiros do japonês-padrão.

Teiiti Suzuki (1990), em sua tese, mapeia com riqueza de detalhes os inúmeros casos onde o coloniago diverge do japonês-padrão. Algo que, segundo ele, não se restringe apenas aos vocábulos lusófonos incorporados no cotidiano nipo-brasileiro. Isto porque, além da mescla de sotaques e acentos oriundos das províncias de origem dos genitores, os nissei apresentam uma perda das noções tonais que demarcam os significados de muitas palavras aparentemente homófonas no japonês.

Outro aspecto do coloniago, segundo Suzuki, é que ele é também altamente marcado por discordâncias lexicais em comparação com o idioma japonês. O uso de vocábulos pertencentes à linguagem extremamente formal, conhecida como *keigo*, juntamente com conjugações verbais com as quais não correspondem à forma de linguagem sugerida, é um marco muito evidente no coloniago.

Um exemplo muito claro de uso inadequado de termos, é com a palavra "pai" que pode ser dita "*chichi*", quando o falante se refere ao seu próprio pai, ou "*otosan*" ao se referir ao pai de alguém que não o locutor da sentença. Entre a os níveis de formalidade, é evidente que *otosan* carrega uma formalidade

consideravelmente maior em relação a *chichi*, uma vez que estamos falando do pai do interlocutor do diálogo. No entanto, o que Suzuki (1990) identifica em suas pesquisas, é o fato de que a palavra *chichi* não é usada em nenhum contexto na diáspora para o Brasil. Os descendentes de japoneses, ou seja, falantes do chamado coloniagem utilizam *otosan* até mesmo para se referir aos próprios pais e o mesmo vale para o equivalente à palavra “mãe” (*haha* e *okaasan*). Também foram encontradas várias lacunas e limitações com relação às formas de tratamento e hierarquias formais e semi-formais do japonês, uma vez que o português (língua dominante) não possui a mesma diferenciação de linguagem.

Portanto, é possível afirmar que a relação da geração nissei com o japonês se dá de forma extremamente não-homogênea e com várias realidades e situações que vão incorporando diferenças entre o japonês falado no Brasil e o japonês-padrão daqueles que tem o japonês como língua materna. Logo, o surgimento do coloniagem impossibilita um bilinguismo totalmente de acordo com a norma padrão japonesa, resultando em diversos níveis de fluência em um japonês diaspórico que começa a se distanciar de sua versão falada no Japão.

Em suma, a segunda geração, os nissei, os filhos de imigrantes japoneses no Brasil vivem uma realidade e uma relação muito particular entre esses dois mundo ao qual pertencem. Uma relação entre japonesidade e brasilidade.

4.4 JAPONESIDADE

De acordo com Soares (2018. p. 3) “em brevíssimo resumo: japonesidade é a delicada, complexa e múltipla organização da identidade e pertencimento a cultura japonesa, sendo o indivíduo ou não geneticamente descendente de japoneses.” Portanto, esse conceito engloba desde elementos extremamente concretos como a comida, vestimenta e danças até elementos extremamente abstratos como o *yamato damashii* e o *shitsuke*.

Dito isso, defende-se aqui que há uma correlação entre a japonesidade e o fenômeno de reterritorialização. Isto porque, nos espaços construídos pela

comunidade japonesa, ocorre o ambiente perfeito para a performance de uma identidade vinculada ao Japão. É onde os nipo-brasileiros se esforçaram para manter as tradições e a cultura da terra natal de seus ancestrais em solo brasileiro. Falar em japonesidade, portanto, permeia todos os aspectos das comunidades e associações abordadas no presente trabalho. Frequentar o *kaikan*, participar de aulas de dança, canto e, principalmente, dominar a língua japonesa podem ser vistos como a externalização e a performance do que se espera “ser japonês” em um contexto de diáspora.

A teoria identitária dialoga com a crítica da cultura, desde o final dos anos 80 do século XX. Impulsionada pelos Cultural Studies, para que se falasse de comportamentos, signos compartilhados, relações entre grupos (desde que fossem eminentemente fugazes) sem falar especificamente de cultura, mas de sujeitos portadores de identidades variadas. O efeito prático foi a possibilidade de se falar da “identidade dos imigrantes”, por exemplo, como se falava da “cultura dos imigrantes”. (MACHADO, 2008. 11-12)

Neste ponto, é indispensável pontuar as interações da comunidade japonesa com a sociedade brasileira. Com isso, ocorrem diversos desdobramentos em relação a japonesidade. Igor Machado (2008) inclusive pontua o uso da palavra no plural, japonesidades, como forma de demonstrar que essa relação de pertencimento e cultura se dá de uma forma extremamente heterogênea e diversa. Ou seja, existem diversos fatores a serem considerados nessa temática que vão desde a relação dos nipo-brasileiros com a língua japonesa até a entrada de pessoas sem ascendência japonesa nas associações e demais espaços reterritorializados (algo que será abordado no próximo capítulo).

As discussões iniciais sobre japonesidades, contudo, pautaram-se em uma relação de consanguinidade. Ou seja, a relação de pertencimento entre as mais diversas formas de se performar a identidade japonesa na sociedade brasileira pontuaram-se como dilemas e questionamentos inerentes aos filhos de imigrantes.

Para o imigrante de segunda geração, o país que para os seus pais é um país de acolhimento – o país para onde eles imigraram – é para ele o país onde ele nasceu ou onde ele vive desde tenra idade. Sua relação com esse país não é, portanto, algo que ele sente como provisória. É uma relação que a priori ele sente como duradoura, ou potencialmente

duradoura. Mais ainda, é o país que ele sente como seu. É uma sociedade à qual ele sente pertencer. Sendo que este sentimento de pertencimento carrega com ele uma questão fundamental, que é a questão da origem: ele é filho de imigrantes. E ser um imigrante de segunda geração é não poder olvidar, obliterar ou subtrair por completo daquilo que ele é, um dos elementos identitários que o define dentro desta sua sociedade: a condição de ser filho de imigrante. (BRAGA, 2019. p 390)

No que se refere aos nissei, o que se tem é que a língua de herança - o japonês - lhes oferece experiências e relações que lhes são muito próprias enquanto filhos de imigrantes de segunda geração. Eles não tem a mesma relação com a língua e seus significados culturais, quando comparados com a geração de seus pais, os issei, japoneses, imigrantes no Brasil - imigrantes de primeira geração -, que em grande parte desejavam retornar ao Japão (e que, portanto, se viam e se sentiam como japoneses e viam e sentiam o mundo como japoneses, ainda que imigrantes). Mas a relação deles com a cultura e língua japonesa também não é a mesma que a de seus filhos, a terceira geração de imigrantes japoneses no Brasil, os sansei.

5 TERCEIRA GERAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE JAPONESIDADE

Comparados com a segunda geração (os *nissei*), os netos de japoneses (chamados *sansei*) crescem ainda mais inseridos em um contexto brasileiro, em contraposição às múltiplas formas de japonesidade apresentadas no universo da imigração japonesa para o Brasil. Logo, como coloca Kataoka (2015), devemos compreender a relação entre as diferentes gerações de imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil como extremamente plurais e pautadas em subjetividades que lhes são próprias.

Analisando a terceira geração, nos deparamos com novos e mais complexos debates a respeito do “ser japonês” e do papel das associações. Como demonstra Sakurai (2008), a formação dos *kaikans* tinha o intuito de preservar a cultura e, sobretudo, ser um local de encontros sociais para os imigrantes. Contudo, de uma geração para outra essas estruturas ganharam novos significados para a comunidade nipo-brasileira e enquanto espaço que ocupam na sociedade brasileira.

Esaki (2008), ao analisar as associações do município de Marília, por exemplo, corrobora a narrativa da importância dessas instituições no empenho de oferecer e preservar a cultura japonesa em solo brasileiro. No entanto - ainda que essas finalidades mais gerais se mantenham -, conforme as gerações vão se sucedendo, a interação com a sociedade brasileira vai aumentando, sendo impossível falar de uma terceira geração sem tangenciar as relações dos descendentes de japoneses e suas comunidades com a população brasileira.

Com a virada do século XX para o século XXI, a cultura japonesa ganha novos olhares por parte dos brasileiros. A globalização, juntamente com a fama das animações e cultura pop japonesas, despertaram o interesse de diversas pessoas pelo Japão. Esse fenômeno, no Brasil, encontrou um solo fértil na grande comunidade nipo-brasileira do país.

Em termos de ambiente cultural e linguístico, o Japão exerce maior proximidade com muitos paulistas e paulistanos que alguns países da Ásia, como China, Coreia do Sul, Vietnã, Tailândia e Indonésia. Isso se deve à presença de comunidade de japoneses e seus descendentes, além de

entidades e eventos ligados à cultura japonesa, traços marcantes na vida da cidade. Na Avenida Paulista, em São Paulo, encontra-se a primeira Japan House do mundo, inaugurada em 2017, com notável performance de atividades e eventos seguindo o conceito de Cool Japan na esteira do *soft power*. Ao lado desse centro cultural, temos o escritório da Fundação Japão, com sua vasta e atualizada biblioteca, onde os interessados podem mergulhar na leitura de textos em caracteres japoneses. Nesse mesmo espaço, ocorrem colóquios sobre Pesquisas em Estudos Japoneses realizados por alunos do Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo. Há uma sinergia para que a comunidade ligada aos assuntos do Japão se reúna naquele espaço, atraindo pesquisadores e interessados, pessoas ligadas aos setores empresariais e artísticos, além da realização de eventos com escritores do Japão, entre tantas outras atividades. (MORALES, 2020. p. 1372)

Isso implica, evidentemente, em novas formas de japonesidade. Igor Machado (2019), por exemplo, aborda o caso da associação Nipo de Araraquara, estado de São Paulo, para mostrar como, com o passar do tempo, as associações também passam a serem frequentadas por indivíduos sem ascendência japonesa e que passam a performar outras formas de japonesidade.

A forma de ser “nipo-descendente” de um lutador de kendô não descendente (sem olhos puxados) é tão japonesa quanto a das velhinhas do Odori na associação Nipo em Araraquara. A japonesidade vista como múltipla permite que não analisemos as condições desses sujeitos como “menos ou mais” japonesas, mas como japonesas à sua maneira. Isso não quer dizer que não haja processos hegemônicos (os há) e que os próprios japoneses não se refiram a seus “co étnicos” como mais ou menos japoneses. Eles o fazem muito frequentemente, e o fazem a partir de perspectivas referentes aos seus modos de ser japonês. Os trabalhos aqui indicam, porém, que o fazem a partir de critérios distintos, relativos às suas ontologias específicas. (MACHADO, 2019. p.6)

Portanto, a partir deste ponto o debate sobre japonesidade também deve contemplar aqueles que não possuem ascendência nipônica. Nesse sentido, o *kaikan*, um espaço reterritorializado, passa, também, a ser ocupado por novos indivíduos. São indivíduos, sem ascendência japonesa, que rapidamente se integram a este espaço, por meio das atividades culturais, e que começam a

performar uma japonesidade, ainda que de contato mais tardio quando comparados aos nipo-brasileiros.

Uma vez ocupando as associações e escolas de idiomas, esses não descendentes de japoneses também contribuem fortemente para a preservação do idioma japonês e difusão do mesmo em solo brasileiro. Logo, o ensino e aprendizado da língua acaba se tornando aberto. Como consequência, ideais relativos a uma pureza étnica, como o *yamato damashii*, são deixados de lado, em um novo contexto plural e diverso.

Esse fato também marca um ponto muito interessante no contexto nikkei (termo em língua japonesa para se referir aos descendentes de japoneses). É quando a interação dos *kaikans* com a sociedade brasileira, e a presença de pessoas não descendentes de japoneses, transforma significativamente a relação com o idioma japonês. Com uma influência linguística do português consideravelmente maior, o distanciamento da terceira geração (*sansei*) da língua de herança é evidente. O nível de domínio na língua japonesa é menor e, em muitos casos, fala-se um português com alguns poucos vocábulos do colírio (Suzuki 1990). O idioma passa a ser um bem cultural, remetendo muito mais ao conceito de língua de herança. Por outro lado, contudo, como Machado (2019) pontua, essa herança passa a ser compartilhada para fora da comunidade.

Com a virada do século XXI, a cultura japonesa ganha os olhos dos brasileiros. A onda de cultura japonesa que tomou o mundo pela indústria de anime e mangá fez com que o interesse a respeito da língua japonesa aumentasse entre os brasileiros. (MORALES, 2020. p.1372)

Dessa forma, a língua japonesa ganha cada vez mais adeptos, não descendentes de japoneses. Isto porque a onda de cultura pop japonesa acha um solo fértil no Brasil, de tal forma que uma nova relação com a língua japonesa se estrutura. Agora *sanseis* e *yonseis* (a quarta geração) começam a ter contato com a língua de herança, motivados em consumir o conteúdo dos mangás e animês sem barreiras linguísticas e sem ter que esperar para um novo material seja submetido à tradução e à dublagem.

Nesse novo contexto - para os sanseis e yonseis - a língua de herança ganha uma nova perspectiva e novos significados, que vão além do desejo de receberem e herdarem a cultura e a língua de seus avós e bisavós. O japonês passa a ser visto como algo atual, cujo valor passa pela relevância que a cultura pop produzida no Japão hoje tem dentro do cenário de entretenimento global e no Brasil.

No entanto, existe mais um fator que impacta diretamente a relação do nipo-brasileiro com o idioma japonês: o fenômeno dekassegui que, por sua vez, ressalta ainda mais o japonês falado aqui como um idioma de herança.

5.1 DEKASSEGUI

Podemos entender o termo dekassegui, grafado de forma aportuguesada, como os nipo-brasileiros que emigraram para o Japão a partir dos anos de 1980, em busca de melhores condições de vida. Com problemas econômicos enfrentados pelo Brasil nas últimas décadas do século XX, e a estabilidade e ascensão econômica japonesa, muitos nikkeis se viram motivados a fazer o caminho inverso de seus antepassados e buscarem empregos no Japão.

O termo japonês dekassegui diz respeito às pessoas que vão trabalhar fora da residência. Nos tempos remotos, era empregado aos emigrantes do Norte e Nordeste do Japão que se dirigiam para as regiões mais desenvolvidas como Tokyo e Osaka, à procura de trabalho. Este mesmo termo é empregado no fenômeno em estudo, que é a ida (ou a volta?) dos descendente de japoneses para o país de origem. (SASAKI, 1995. p. 20)

Conforme Retssel (2019), é perceptível que as ondas migratórias de nipo-brasileiros para o Japão se concentraram principalmente entre os nissei mais jovens e os sansei. Ainda que o governo japonês não conceda dupla cidadania, ele apresentou facilidades para que filhos e netos de cidadãos japoneses nascidos fora do Japão. Ou seja, facilitou aos nikkeis a obtenção de vistos estudantis ou de trabalho, sejam por meio de empresas privadas ou através de programas de intercâmbio linguístico. No contexto atual, contudo, a quarta geração (yonsei) vem enfrentando maiores percalços para a obtenção de vistos de trabalho.

As facilidades de ingresso e permanência que o governo japonês concede aos filhos e netos de cidadãos japoneses nascidos fora do Japão - ou seja, os descendentes da primeira geração de imigrantes japoneses no Brasil - revela-se uma realidade muito dura. Ao chegarem no Japão, os nipo-brasileiros acabam se deparando com uma realidade completamente diferente daquela que deixaram no Brasil. Isto porque, ainda que recebam uma remuneração consideravelmente melhor, os dekassegui são submetidos a serviços braçais, muitas vezes atrelados a ambientes fabris com longas jornadas de trabalho. Conforme Sasaki (1995) esclarece, o termo dekassegui revela-se como uma nomenclatura pejorativa dada pelos japoneses a este grupo de imigrantes que, embora compartilhem a mesma ancestralidade do país onde se encontram, são para eles estrangeiros no âmbito cultural, jurídico e, sobretudo linguístico.

A barreira linguística é um ponto interessante no contexto dekassegui. Como visto anteriormente, o nível de fluência entre os nipo-brasileiros é altamente heterogêneo, gerando uma pluralidade de situações e contextos que merecem aqui ser citados.

O primeiro caso são os nipo-brasileiros que não possuem domínio algum sobre a língua japonesa. Nesse contexto, são extremamente dependentes de tradutores e imigrantes com maior fluência no idioma. O segundo caso, por sua vez, são aqueles que herdaram o japonês de seus pais e avós e, algumas vezes, estudaram em escolas de língua japonesa no Brasil por um momento de suas vidas.

Nesse último caso, conforme já apontado (Suzuki, 1990), o idioma japonês preservado na colônia diverge do falado no Japão em dias atuais. Há, portanto, várias não conformidades com a norma padrão, já que o coloniagem apresenta uso de termos arcaicos, que caíram em desuso com o passar do tempo no território japonês. A citar como exemplo, temos a palavra *benjou* (literalmente “lugar de excretas”) que era usada para designar banheiros no início do século XX. O termo foi mantido entre os nipo-brasileiros, mas foi caindo em desuso no Japão em virtude de palavras como *toire* (do inglês *toilet*) e *otearai* (lugar de lavar as mãos). Hoje em dia, *benjou* é considerada uma palavra extremamente vulgar e antiquada, sendo análoga à classe de palavrões da língua portuguesa.

Frente a essa nova realidade, os imigrantes brasileiros acabam por aprender o idioma japonês em sua versão mais contemporânea, falada na Terra do Sol Nascente nos dias de hoje. Já os filhos destes brasileiros de kassegui costumam estudar em escolas japonesas ou brasileiras, presentes naquele país. No caso das escolas brasileiras, ainda que o contato com a língua portuguesa seja maior, em comparação com as instituições de ensino completamente japonesas, a presença do idioma do país onde esses filhos de imigrantes se encontram reacendeu os debates sobre a língua em contexto migratório. O que é, justamente, o tema deste trabalho. Contudo, neste caso, é o português que é a língua de herança. O que é algo que vai no sentido contrário da trajetória que vai dos issei, nissei, sansei até os yonsei no Brasil.

5. 2 CONCLUSÃO

Os japoneses, assim como todos os grupos de imigrantes, trazem consigo características culturais e históricas que devem ser levadas em consideração quando analisamos as migrações internacionais. Em uma busca de manter vivas as memórias de sua terra natal, o processo de reterritorialização se faz necessário, gerando gerações de filhos de imigrantes que crescem, em certa medida, imersos na cultura e tradições de seus pais ou antepassados. Conforme a sociedade avança, as relações entre a comunidade imigrante e seu país de destino vão se tornando cada vez mais complexas e surgem novas formas de pensar a reterritorialização e a identidade cultural.

A língua, então, consolida-se como a Pedra de Roseta para entendermos melhor essas transformações ao longo do tempo. Analisando como os nipo-brasileiros se relacionam com sua língua de herança, o japonês, é possível mapear todo o esforço de uma comunidade para a preservação de sua cultura. O empenho de se preservar costumes, linguagens e tradições aliado à interação com a sociedade brasileira cria um ambiente multicultural expressado por uma forma de falar diaspórica que foge da normatividade na língua japonesa, criando uma identidade própria.

Através da língua, estão registrados o impacto de conjunturas internacionais, processos históricos e diferentes formas de se relacionar com o espaço. Com o novos fluxos migratórios e novas ondas culturais, o japonês no Brasil passar por novas nuances, sem nunca perder sua identidade como língua de herança, de um povo em contexto migratório.

Referências

- BRAGA, Antônio Mendes da Costa. “O “Ser Filho de Imigrante” na Vida Social dos Jovens Imigrantes Brasileiros de Segunda Geração nos Estados Unidos. *Contemporânea* v. 9, n. 2 p. 379-399 Maio–Ago. 2019
- DEZEM, Rogério. *Shindô-Renmei : Terrorismo e Repressão – Módulo III – Japoneses* . São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial. 2000.
- ESAKI, Flávia Manzano. “A propagação da cultura japonesa através das associações culturais em Marília”. *Revista científica de turismo*. Garça. 2008
- FLORES, Cristina; PFEIFER, Silva Melo. “O conceito “Língua de Herança” na perspectiva da Linguística e da Didática de Línguas: considerações pluridisciplinares em torno do perfil linguístico das crianças lusodescendentes na Alemanha”. *Domínios de Língua*. v. 8, n. 3. Uberlândia. 2014
- HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à Multiterritorialidade**. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, 2003, p. 11-24
- HAGUTAI, Érica R. Alimentando japonesidade: “tradição” e substancia em um contexto associativo nipodescendente. In MACHADO, Igor J. R. (Org.). *Japonesidades Multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil*. São Carlos (SP): EDUFSCar, 2011.
- KAJIMOTO, Natacha.” *Informação, memória e identidade: estudo sobre as associações japonesas em Marília*”. Marília, 2016.
- LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- LÍNGUA. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_5.htm>. Acesso em: 3 out. 2024.
- MORAIS, Fernando. *Corações sujos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- MORALES, Leiko Matsubara. “De língua de imigração a língua de estudo: caminhos para revitalização da cultura e da língua japonesa no âmbito paulista”. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 23, n. 4, p. 1370-1390, out.-dez. 2020
- MORIYAMA, Alan T. *Imingaisha: Japanese Emigration Companies and*

- Hawaii, 1894-1908. Honolulu: University of Hawaii Press, 1985.
- OCADA, Fabio Kazuo. “Recordações de um fragmento da história da imigração japonesa no Brasil.” *Ruris*. v. 6. 2012
- OTA, J. A língua falada nas comunidades rurais nipo-brasileiras do estado de São Paulo – considerações sobre koronia-go. *Synergies Brésil, Sylvains les Moulins*, n. 7, p. 49-56, 2009.
- OTENIO, Marta Matsue Yamamoto. *Sujeitos diaspóricos e negociações identitárias: o entre-lugar em Brazil-Marú e Sonhos Bloqueados*. Tese de Doutorado (Letras). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP. Assis (São Paulo), 2015, p. 233.
- SAKURAI, Celia. *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*. Tese de Doutorado – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Unicamp sob a orientação da Profa. Dra. Maria Correa. Campinas, 2000.
- SAKURAI, C. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré, 1993
- . *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*.
- Sakurai, Célia. *Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada- 1908-1941*. En: XXII Encontro Nacional da ANPOCS. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Outubro 1998 Caxambu-MG
- SAKURAI, Celia. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SANTOS, Carlos. *Língua + linguagem = comunicação*. Cadernos do CNLF, Série IV, n.12, 2000.
- SASAKI, Elisa Massae. “Dekasseguis. Trabalhadores Nipo-brasileiros no Japão.” *Travaessia*, São Paulo. 1995.
- SAUSSURE. Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Org.: Charles Bally e Albert Sechehaye. São Paulo: Cultrix, 1970.
- SAYAD, Abdelmalek. “Imigração ou os paradoxos da alteridade.” São Paulo, Edusp, 1998.
- RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira. “Leitura da experiência de trabalho no Japão com filhos de dekassegui”. Assis, 2019.
- SILVA, V. H. M. K. *Um Jornal entre Brasil e Japão: a construção de uma identidade para japoneses no Brasil e brasileiros no Japão*. São Paulo: UFSCar, 2008.
- SOUTO, Mauri Vanessa Lourenço, et al. “Conceitos de Língua Estrangeira, Língua Segunda, Língua Adicional, Língua de Herança, Língua Franca e Língua Transnacional”. *Revista Philologus*, Ano 20, Nº 60 Supl. 1: Anais da IX JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2014.

SPNASSÉ, Karen Pupp. “Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. Revista Contingentia, 2006.

SUZUKI, Maria Emiko. “O japonês em situação de pseudo-imersão, o uso dos pronomes pessoais”. Unicamp, Campinas. 1990

SUZUKI, Tae. "A Imigração Japonesa no Brasil". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 39, 1995.

UENO, Luana Martina Magalhães. “O duplo perigo amarelo. O discurso antinipônico no Brasil”. Estudos Japoneses, n. 41, p. 101-115. Londrina.v2019

VIEIRA, F. O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo: Pioneira, 1973.

SUZUKI, T. "A Imigração Japonesa no Brasil". Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 39, 1995

WINTERSTEIN, Claudia. Otakus e Cosplayers: J-pop e Japonesidades. In MACHADO, Igor J. R. (Org.). Japonesidades Multiplicadas: novos estudos sobre a presença